



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

ATA N.º 2/2021

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

REALIZADA NO DIA VINTE QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E UM

No dia vinte e quatro do mês de abril de dois mil e vinte e um, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Borba, reuniu pelas dez horas e quinze minutos em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período para intervenção do público.

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia:

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente.

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para o Município.

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da Ata n.º 1 da Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2021;

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

Tendo presente o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13 de 12 de setembro lavra-se a presente ata.

Seguidamente, solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Célia Maria Matos Alpalhão; Hugo Alexandre Godinho Mendanha; José Joaquim Figueiredo Banza; Paulo Jorge Ramos Ferreira; Paulo Vicente Ramos Mendanha; Augusto Manuel Bilro Guégués; Luis José Alves Alexandre; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Carlos Manuel Ganito Bacalhau; Jorge Manuel de Oliveira Pinto; Nelson Joaquim Gomes Gato; Virgolino Joaquim Calhau Canhoto; Pedro Manuel Alpalhão Bilro; Vanda Cristina



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

Branco Godinho; Manuel José Martins Pécurto; Leonel António Valentim Infante; Francisco António Caeiro Rijo; Maria da Luz de Sousa Lopes Morgado Véstia; João António Ameixa Morgado.

Verificou-se a ausência dos membros: Paulo Manuel Coelho Velinho, que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 1**) e foi substituído pelo senhor Manuel José Martins Pécurto. Joaquim Maria Godinho Veiga, que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 2**) e foi substituída pelo senhor Hugo Alexandre Godinho Mendanha.

A Presidente da Assembleia Municipal pediu que se procedesse à tomada de posse do membro Hugo Alexandre Godinho Mendanha (PS).

Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia em nome Mesa da Assembleia Municipal, agradeceu à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Borba, na pessoa do Presidente da Direção, pela cedência das instalações do Salão dos Bombeiros Voluntários para a realização daquela sessão da Assembleia Municipal.

PONTO UM: Período para intervenção do público.

Não houve intervenções do público.

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia:

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente;

O Segundo Secretário Rui Franco desejou bom dia a todos os presentes, e apresentou um resumo do expediente deste 27 de fevereiro/2021 até ao dia de hoje.

EXPEDIENTE – ENTRADO

- **Email - Grupo Parlamentar do PCP** – Informação no âmbito do processo legislativo sobre a reposição das freguesias extintas.
- **Email - ANAM** – Webinar subordinado ao tema “O contributo da Auditoria Interna na Interna na transparência da informação nas Autarquias.
- **Email - Infocontrol** – Webinar “sistema de difusão de som e alertas sobre IP”.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

- **Email - Memórias** – Acabe com o Problema na gestão do Cemitério.
- **Email - ANAN** – Direito de Oposição e impacto na pandemia COVID-19 no funcionamento da Democracia Local – Inquérito por Questionário.
- **Email - STAL** – Igualdade: uma luta de todos os dias.
- **Email - Grupo Parlamentar do PCP** – PCP leva à votação Projeto de Lei que estabelece o regime para a reposição de freguesias extintas.
- **Email - CIMAC** – Transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto) - Acordo prévio dos municípios.
- **Email - Grupo Parlamentar do PCP** – Reposição das freguesias extintas de acordo com a vontade das populações.
- **Email - Grupo Parlamentar do PCP** – Rejeição da proposta do PCP para a reposição das freguesias de acordo com a vontade das populações nas próximas eleições autárquicas.
- **Email - Grupo Parlamentar Os Verdes** – Agendadas para discussão iniciativas do PEV na Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território.
- **Email - Amalentejo** – 3º Congresso Amalentejo – Novo Adiamento.
- **Email - Câmara Municipal de Borba** – da Associação Nacional de Municípios – Circular: Prestação de contas do ano 2020 na administração local – Calendário 2021.
- **Email - DGAL** – Reuniões para aprovação de Contas pelos órgãos deliberativos.
- **Email - Grupo Actuarial** – Tratamento e Proteção de Dados Pessoais.
- **Email - Amalentejo** – Folha Amalentejo.
- **Email - ANAM** – Alteração da sessão de abril para maio.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

- **Email - Assembleia Municipal de Viseu** – Informação de falecimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu.
- **Email - Grupo Parlamentar do PCP** – Pergunta sobre a situação e o futuro dos CTT, os resultados e as ameaças da gestão privada.
- **Email - Grupo Parlamentar Os Verdes** – Agendada para a discussão iniciativa do PEV sobre a não repercussão sobre os utentes das taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação de subsolo.
- **Email - ANAN** – Sessões da Assembleias Municipais de Abril.
- **Email - Grupo Parlamentar Os Verdes** – Agendada para a discussão iniciativa do PEV sobre instrumentos de gestão do arvoredo em meio urbano.
- **Email - Associação Nacional de Municípios** – Nova circular da ANMP: alteração à Lei n.º 3-A/2020, de 19 de março. Possibilidade de apreciação das contas pelos órgãos deliberativos na sessão ordinária durante o mês de junho.
- **Email - Sport Clube Borbense** – Convite Aniversario do SC Borbense.
- **Email - Assembleia Municipal de Viseu** – Agradecimento pelo envio das condolências.
- **Email - Grupo Parlamentar Os Verdes** – Agendada para a discussão iniciativa do PEV sobre expansão do prazo para a limpeza das redes de gestão de combustíveis nos espaços florestais.
- **Ofício - Câmara Municipal de Borba** – Resposta a pedido de informação pelo membro Nelson Gato sobre “perda de receita para o Município no ano 2020, devido à COVID, no que respeita à atribuição de isenções de taxas e reduções de rendas”

EXPEDIENTE – EXPEDIDO



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

- **Ofício - Presidente da Câmara de Borba** – Pedido de informação, sobre os valores da perda de receita para o Município no ano de 2020, devido à COVID-19, no que respeita à atribuição de isenções de taxas, reduções de taxas e reduções de rendas.
- **Ofício - Sr. Joaquim Veiga** – com cópias de email's rececionados (Ana Calhau; José Andrade e da VOTEDHR – eleições autárquicas- formação).
- **Mail - Sr. Nelson Gato** – cópia do documento com a informação solicitada na sessão da A.M., de 27-02-2021, referente:
"Perda de receita para o Município no ano de 2020, devido à COVID, no que respeita à atribuição de isenções de taxas, reduções de taxas e reduções de rendas".
- **Mail - Presidente A.M. Viseu** – Envio de condolências.
- **Mail - Sport Clube Borbense** – Agradecimento e confirmação do convite feito – comemoração do 76º Aniversário e Assembleia Geral desta entidade.
- **Mail - Representantes Forças Políticas com assento na A.M.** – Convite – estarem presentes no hastear das Bandeiras – comemoração do 47.º Aniversário 25 de abril/74.

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para o Município.

O membro **Francisco Rijo** usou da palavra para apresentar um reconhecimento e um pequeno desagrado para com o Município de Borba.

"Este ano é ano de eleições e no que toca a Rio de Moinhos, é indiscutível que quem vier a seguir vai encontrá-la um pouco melhor do que estava há quatro anos. Foi reparada a estrada de alcatrão no caminho para Estremoz. Foi acabada a ETAR. Foi feito o Cycling do BTT e o Pavilhão da Feira do Queijo. E é em relação à Feira do Queijo, que eu mostro o meu pequeno desagrado. É certo e sabido que a Câmara Municipal de Borba, suporta quase a totalidade dos custos que a Feira do Queijo envolve. A Junta de Freguesia louvou a atitude que a Câmara teve em relação, quando da passagem da Feira do Queijo, ter feito uma entrevista para assinalar tal facto, aos queijeiros da nossa freguesia. (...), o desagrado vai precisamente nesse sentido (...), não é que a Câmara fosse obrigada, por assim dizer, a participar à Junta de Freguesia de Rio de Moinhos. Mas, enquanto Presidente da Junta, não posso deixar passar esta situação, porque parece que fomos postos um pouco há margem da situação. Gostava que o nosso Presidente pudesse dar algum esclarecimento sobre isso, agradecia. Obrigado!"

13



14

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

O membro **Jorge Pinto** desejou bom dia a todos e deixou uma intervenção muito curta e muita objetiva. "(...), na última sessão da Assembleia Municipal, depois da minha intervenção critica há falta de condições de esta Assembleia trabalhar, de se ter de deslocar cada membro a esta tribuna, para intervir sobre os pontos sem condições de trazer os elementos, ficou decidido por esta Assembleia que nas sessões seguintes, essas condições seriam alteradas. Não estão alteradas! A Senhora Presidente, desrespeitou o cumprimento das deliberações desta Assembleia".

A **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu "(...), senhor membro Jorge Pinto, eu não me apercebi, que tal tenha ficado deliberado por esta Assembleia. O que consta em ata, e que eu referi, é que os serviços do Município de Borba, estavam a tratar do assunto, de forma a criarem-se as condições que o senhor membro Jorge Pinto tinha falado. Reconheço, que as condições em que os senhores membros estão a trabalhar, não são as melhores. Mas, tendo em conta o estado de emergência em que nós nos encontramos e não ter sido possível, segundo informação recebida do senhor João Oliveira, corrigir esta situação, cabe-me pedir desculpa (...)".

Realçou, "(...), o que foi dito por esta Assembleia, foi proceder-se à análise da situação, de forma a melhorar as condições de trabalho dos senhores membros. Nunca foi estabelecido um prazo para que a situação ficasse resolvida (...)".

O **Presidente da Câmara Municipal** desejou bom dia a todos os presentes, e respondeu:

"- Relativamente às condições de trabalho dos senhores membros, estamos a tratar do assunto. Estamos na fase de avaliação do equipamento necessário para que este problema seja resolvido. Estamos a envidar esforços para que na sessão da Assembleia de junho, já seja possível os senhores membros terem este equipamento ao seu dispor.

- Membro **Francisco Rijo** (...), os Presidentes de Câmara, servem para o bom e para o mau (...). Levamos a Feira do Queijo para Santiago, existe uma parceria entre a Câmara e a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos e todos os queijeiros. Concorde, que falhamos na ausência da sua intervenção nestas entrevistas, como Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Moinhos. Assumo a responsabilidade e peço desculpa pelo sucedido."

O membro **João Morgado** desejou bom dia a todos e referiu algumas considerações, em resumo dos últimos quatro anos de mandato. "(...), a nível global do concelho, penso que temos mais pontos positivos do que negativos, mas olhando para trás e já aqui me encontro nesta casa desde 2013, tal como muito de vocês aqui presentes, existem temas que falamos deles aqui e depois fugimos deles! Eu proponho hoje, aqui, nesta Assembleia, que se crie uma Comissão de Trabalho sobre dois temas bastante importantes para o nosso concelho.

- **Tema das Águas** – foi prometido que fazíamos uma Assembleia Extraordinária. Vêm aí novas eleições, já passaram estes anos e eu daqui a quatro anos já não posso ser Presidente e não posso falar com vocês sobre estas coisas, mas quero continuar a viver no nosso concelho, quero que quem

lidere a Câmara nos próximos anos, pense o seguinte: nós vimo-nos inviabilizados muitas vezes, de fazer algum projeto à superfície por causa do tema das Águas. É compreensível! Eu não vou fazer uma obra à superfície e depois “o patinho feio”, é o senhor Presidente da Câmara e o seu Executivo. (...), tem que haver aqui um bom senso. Mas também tem de haver o bom senso de não vermos as nossas freguesias esburacadas durante oito anos (...), vamos arranjado rua a rua, como já ficou esclarecido, como já ficou falado. Andam aí duzentos mil euros em orçamento para Rio de Moinhos, andam trezentos para a Orada ou vice-versa (...), e o tempo vai passando e as coisas não vão sendo feitas. Esta situação começa a inviabilizar certo tipo de recuperação há superfície. Todos sabemos que são situações melindrosas, mas que não podemos fugir delas! Temos que as enfrentar (...), temos de criar comissões de trabalho para que isso seja feito. Para que depois quem venha a seguir não diga que foi culpa deste ou daquele. Não! A culpa é de nós todos! Porque estamos aqui, falamos, mas não agimos! Se o Executivo não tiver condições ou pessoas à altura, de nós todos que se crie uma Comissão com alguns elementos desta Assembleia. Deixo aqui esta proposta para esse fim!

- **Tema das pessoas de Etnia Cigana** – Eu fujo da Zona Industrial de Borba por causa das pessoas de etnia cigana. Eu tenho medo de minhas reações em determinadas situações. Estas pessoas roubam-me todos os dias, nas minhas propriedades. Todos os dias! Isto começa a ser um abuso. A GNR não pode fazer nada! Porque são indivíduos que moram, vivem e trabalham em Borba, têm filhos a estudar e têm medo de represálias. A verdade é esta! O sistema é este! São temas melindrosos, que um dia vão trazer problemas sérios, tal como trouxe a queda da estrada, e depois é quem estiver à frente do Município na altura é que vai pagar o “pato”. Acho, também que se deve criar uma Comissão de Trabalho, para tratar deste problema, antes que dele resulte algo muito sério. E, aí vamos dizer o que é que a população de Borba, andou a fazer durante estes anos todos (...).

Deixo, aqui estas duas propostas, não é por um ciclo de quatro anos estar a terminar, que vamos abandonar estas situações e deixá-las para quem vier a seguir. Acho, que todos os dias é hora para tratar destas situações e quanto mais cedo começarmos a abordar estes assuntos, melhor para todos nós enquanto municípios do nosso concelho. eu não quero só o bem para a Orada, eu quero o bem para todo o concelho. Por isso deixo aqui a minha proposta a minha sugestão”.

A Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as sugestões deixadas pelo senhor membro João Morgado, e referiu serem bastante interessantes. “*Sou da opinião que todos nós devemos envolver-nos no que é de todos, como tal partilho perfeitamente das suas sugestões*”.

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder:

- **“Pessoas de Etnia Cigana** - esta situação tem de ser resolvida. Como é que pode ser resolvida? Com uma autoridade forte, com uma justiça forte. Se esta situação não for resolvida desta forma, chegaremos a um dia em que a situação se torna complexa, e poderá até chegar ao ponto de existirem mortes, e nessa altura toda a gente dirá que sabia que esta situação iria ter este desfecho.

2



1

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

Em termos pessoais, as vezes que tenho falado com a justiça e com a autoridade, estas entidades dizem que a responsabilidade é uma e vice-versa. O inconveniente desta situação é que “(...)”, como eu disse ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Ministro, eu se não pago renda da casa, tiram-me a casa. Se não pago luz, cortam-me a luz, se não pago água cortam-me a água. As pessoas têm de ser tratadas todas de igual forma, independentemente da raça ou cor. Não podem existir pessoas só com deveres e outros só com obrigações. Os direitos e obrigações têm de ser iguais para todos. Temos de ter a coragem de assumir essa situação!

- Saneamento Básico – é fundamental que se faça o saneamento básico, que exista um bom funcionamento do mesmo. Não é necessário muito dinheiro, é preciso algum dinheiro! Na totalidade é muito dinheiro, em termos pontuais é pouco dinheiro. Nós andamos a trabalhar há cerca de seis meses relativamente à Rua Nunes da Silva. Pedimos, orçamentos a três ou quatro empresas, e os orçamentos entregues rondam os cinquenta mil euros. Com este valor resolvemos o problema de uma rua. Se não conseguirmos fazer na totalidade, iremos fazer pontualmente, nós ou quem vier a seguir.

É nossa intenção, que a Rua Nunes da Silva seja arranjada até ao final do ano. Existe muita coisa a nível de saneamento e canalizações que estão no subsolo, que não sabemos como se encontram.

- Na passada quinta-feira estive cá o Senhor Presidente da Comissão de Coordenação do Alentejo. E estamos a falar outra vez daquele Plano de Recuperação e Resiliência (...). Nós Borba até dia 28 de abril, já temos elencado aquilo que é necessário (...). Eu disse ao Senhor Presidente da CCDRA, que nós com cerca de dez milhões de euros, resolvíamos o que é importante para o bom funcionamento do concelho. Todo o que era saneamento e recuperação de ruas e vias. Depois temos uma coisa extremamente importante, que são as ditas estradas municipais, que não têm nenhum tipo de apoio (...). O Plano de Recuperação que vier para Borba, tem de ter duas componentes muito importantes, a componente Estado e a componente Privada. Se os montantes que forem destinados para Borba, consigam que empresas se instalem e se firmem em Borba, criem postos de trabalho, isto seria muito benéfico para todo o nosso concelho.”

Relativamente, às condutas de água referiu “(...)”, desde 2017, já reparamos quilómetros de conduta de água. No entanto, temos de assumir que existe alguma coisa que não está bem, e como prova disso, temos os buracos existentes em Orada, Rio de Moinhos e Borba, devido à reparação dessas condutas. Espero que o dinheiro deste plano, seja aplicado corretamente, nós não precisamos de muito de dinheiro, só necessitamos do suficiente para resolver as coisas que são básicas para o nosso concelho.

Estas três situações (saneamento básico, étnica cigana e água), são questões que têm de ser resolvidas, com justiça, respeito e temos de perceber uma coisa muito importante, somos todos iguais independentemente da raça ou da cor. Não podem uns ter só liberdades e direitos e outros só deveres e



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

obrigações (...), não foi isso que o 25 de abril quis. O 25 de abril quis justiça, solidariedade, respeito independentemente da cor de cada um.

Penso que estamos todos no mesmo barco, podemos ser adversários politicamente ou pessoalmente, mas não somos inimigos (...), temos um objetivo comum que é a nossa querida terra, o nosso querido concelho”.

O membro Hugo Mendanha desejou bom dia a todos os presentes e disse “(...), após ouvir estas intervenções relativamente às perdas e ruturas da água, não podia deixar de dizer ao Senhor Presidente, que fico um pouco frustrado de só ao fim destes oito anos de mandato, dizer que está a pensar tratar de umas ruturas numa rua (...). Faço aqui uma recapitulação sobre o assunto. Em 2013 quando o MUB integrou o Executivo da Câmara, as perdas de água em baixa eram de cerca de 40%. O programa eleitoral do MUB, dessa altura, referia que era intenção do mesmo reduzir essas perdas em água. Passado mais ou menos quatro anos, depois da ERSAR divulgar os dados referentes às perdas de água em Portugal, vinha nesse documento que Borba tinha perdas na ordem do cinquenta e nove por cento (...). Este assunto foi debatido em Assembleia e o Senhor Presidente disse que os dados não estavam corretos, que as perdas de água rondavam os quarenta e cinco por cento a cinquenta por cento. Ou seja, passaram quatro anos e não houve cumprimento da promessa feita, não houve planeamento, não houve estratégia e as perdas de água continuaram a aumentar. Na minha opinião Senhor Presidente, a sua preocupação relativamente a este assunto já vem tarde. As perdas de água em baixa, é dinheiro perdido, porque a esse valor não é pago pela população. Estamos a finalizar mais um mandato e verificamos que pouco ou nada foi feito relativamente a este assunto. É verdade que têm andado a trocar alguns contadores antigos, mas um estudo profundo, um investimento, ainda nada foi feito pela população de Borba. O que a população sente ao fim destes oito anos é um aumento nas tarifas da água em cerca de quarenta por cento.

Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, quais são os estudos, se os há, e quais são as percentagens de perda de água em baixa, que a Câmara de Borba tem atualmente”.

O Presidente da Câmara Municipal interveio e respondeu “(...), tudo o que respeita à questão da água em baixa, aquilo que eu disse que vai ser feito e resolvido, será feito na altura que nós entendemos. Relativamente, à questão do aumento dos quarenta por cento, nas águas isso não é bem assim. Vocês têm soluções, muito bem! O povo quando vier votar, vota em vocês e resolvem o problema da água num mês (...). Sabemos o que estamos a fazer, felizmente, e vamos fazer de acordo com aquilo que nós pensamos fazer, e não de acordo com as opiniões de cada um”.

O membro Carlos Bacalhau usou da palavra e manifestou a sua solidariedade com o membro Jorge Pinto, no que respeita à questão das condições de trabalho daquela Assembleia. “(...), não pedimos muito, pedimos apenas microfones nas mesas para que os membros não tenham que levantar-se para intervir.”



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

Demonstrou, a sua preocupação pela falta de abertura da Mesa da Assembleia, que não aceita nunca as opiniões que lhe são dadas. “Estamos aqui todos para ajudar (...). Devíamos mostrar que estamos todos no mesmo barco (...).”

No que respeita à intervenção do membro João Morgado relativamente ao problema das pessoas de etnia cigana, referiu “(...), a resposta dada pelo Senhor Presidente foi o que diz desde 2017. Na última Assembleia a bancada do Partido Socialista, demonstrou total abertura para ajudar a resolver o problema, hoje, o João trouxe uma ideia boa, de se criar uma Comissão de trabalho para resolver esta questão. Deveria fazer parte desta Comissão um representante das famílias de etnia cigana, de forma que percebam que nós estamos a querer arranjar uma solução para esta situação e não arranjar um problema. O Senhor Presidente, acabou por não responder se estava de acordo com a proposta, disse apenas que se tinha que fazer alguma coisa. O importante desta questão é saber se avançamos ou não, porque se não se faz nada qualquer dia temos aí uma tragédia e depois aí estamos todos a vitimizar”.

Seguidamente, colocou uma questão sobre o Congresso das Comissões Municipais da Juventude a Nível Nacional. “(...), em 2014 a JS reuniu consigo Senhor Presidente, para a criação de uma Comissão Municipal de Juventude, na altura foi-nos dito que era para avançar, estamos em 2021, pergunto se foi hoje alguém representar os jovens de Borba a este congresso. (...), essa Comissão avança ou não avança?”

O membro Paulo Mendanha pediu a palavra e esclareceu: “(...), discordo com o membro Carlos Bacalhau no que respeita à questão dos microfones, foi-lhe explicado as condições atuais que temos e o que foi falado, é que se iria tentar melhorar as condições e resolver o problema, pelos vistos o Senhor Presidente está a tratar do assunto. No que respeita à questão das taxas de água e ao seu pagamento (...), isto também tem a ver com o Decreto-lei que foi publicado e que foi aprovado para 2021, que neste caso duplica o valor das taxas, que estava de onze euros a tonelada para vinte e dois, e que tem impactos atualmente nas autarquias e por sua vez nas populações. Penso que isto tem a ver com o aumento destas taxas para o dobro (...).”

O membro Hugo Mendanha interveio e esclareceu os seguintes pontos:

- “Sabemos que estas infraestruturas não podem ser feitas de uma só vez, tem que haver um faseamento a nível de custos, só que desde 2013 ou antes, existem estudos ou existiam estudos faseados para a implementação dessas infraestruturas. A minha pergunta foi se existem realmente esses estudos? Se sabem quais são? E se existem que eles sejam divulgados aqui, para a Assembleia ter conhecimento e saber em que ponto de situação nos encontramos. Qual é o ponto atual de perdas de água em baixa.
- Relativamente às tarifas, tenho conhecimento desse Decreto-Lei, mas o que eu queria referir é que desde 2017, temos vindo a verificar um agravamento das tarifas. Foi neste sentido que fiz a minha intervenção (...).”



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

A **membro Vanda Godinho** usou da palavra para referir: “que no que diz respeito ao PDM os Vereadores do PS têm solicitado em reunião de Câmara as propostas dos munícipes até a data! Os Presidentes de Junta foram convocados a reunir com os técnicos da Câmara Municipal, e até ao momento nem contributos, nem os intervenientes voltaram a ser ouvidos ou informados para fazer parte da solução que supostamente era a ideia inicial. O que gostaria que me informassem era se havia muitas propostas, se há algumas a serem aproveitadas?”

O **membro Jorge Pinto** usou da palavra para dizer que: “isto de dar a volta a situações simples para as transformarem em grandes problemas, já não merece comentário, pois quando se diz que é preciso estudar, pôr esta Assembleia condições de funcionalidade e que não houve uma decisão, calo-me!

Outras questões que aqui foram colocadas mais uma vez temos que ser profundamente rigorosos! Foi aqui dito pelo Hugo Mendanha que a fatura da água, que inclui a água, o saneamento e os resíduos, subiu 40%.

Vou aqui colocar objetividade da TGR, daquilo que nos deve preocupar no futuro, e não da resposta inverdade com o passado como aqui foi referido. A TGR que de facto foi aprovada esta semana na Assembleia da República na versão final de deferir para dia 1 de julho, a sua passagem de onze euros para vinte e dois, vai ter repercussões, ou poderá vir a ter repercussões, sobre os cidadãos no que diz respeito a sua fatura da água. Dou apenas os dados mais recentes e não os dados anteriores, isto é, eu poderia dar os dados de 2002 a 2014 onde a TGR tinha um peso insignificante. Mas em 2015 a TGR era de 5,50 euros por tonelada de resíduos e tinha um peso nacional na tarifa média de resíduos de 15,1%. Em 2019 a TGR era de 9,90 euros e já tinha um peso de 24,8% na chamada, custo social dos resíduos. Em 2020, passou para 11 euros, e esse peso passou para 29,8%. Em julho 2021 passará para 22 euros e terá um peso de 56%, e o decreto agora aprovado, define que ela passará para 35 euros em 2025, passando então a pesar uma estimativa de 85% no custo dos resíduos. Importa aqui ter presente uma outra situação antes do referido. A primeira questão tem que ver, é se estamos perante uma taxa? Para resolver os problemas do ambiente e para resolver outro conjunto de situações.

Qual é o destino desta TGR que aqui estamos a falar? 50% dela destina-se a financiar a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, os custos burocráticos de funcionamento que deveriam ser pagos pelo orçamento de estado e também as CCDRS. 50% da taxa é para gastos de funcionamento do aparelho de estado, mais 5% digamos para financiar PSP e GNR, mais 40% para o fundo ambiental e sendo que 30% é que são aplicáveis aos municípios na área dos resíduos na economia circular. Em 2021 numa receita de 80 a 100 milhões de euros, só 20 a 30 milhões de euros é que poderão ser colocados para aqui. Estamos claramente perante um imposto e não perante uma taxa, ilegal, que o Governo do Partido Socialista na sequência daquilo que já era a estratégia do governo do PSD vem incrementar sobre os cidadãos estes impostos desta matéria, é um problema futuro, pois o seu impacto na tarifa em Borba pesa, mas não nesta proporção. Por outro lado é bom ter presente que a entidade reguladora, perdeu também esta semana por

3



Borba
mun. 5100

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

iniciativa do Partido Comunista Português um peso importante nesta matéria, era de acordo com os estatutos das águas que estão em discussão pública e do saneamento, e de acordo com estatuto dos resíduos que estão em vigor, a ERSAR tinha poder vinculativo sobre as tarifas dos municípios, e o Partido Comunista Português considerou que isto era inconstitucional, porque põe em causa o princípio da autonomia do poder local. Portanto a ERSAR passará a ter, com esta Lei que agora foi aprovada, apenas poder recomendativo sobre as tarifas e não poder impositivo, o que quer dizer que o estatuto dos resíduos caiu na sua incongruência face à Lei e o estatuto das águas não pode prosseguir como está, mas isto não faz descansar aquilo que é o essencial para os cidadãos. A primeira matéria que aqui trouxe sobre esta problemática tem que ver com a tarifa social. Existe uma Lei sobre as tarifas sociais que define que as tarifas sociais obrigatoriamente têm que ser feitas em função dos cidadãos que têm determinados níveis de rendimentos. O Partido Comunista Português, eu próprio aqui nesta Assembleia Municipal já fiz esta proposta há 2 anos e ficou de ser visto, uma tarifa social, que está em inconformidade com a lei e que poderia beneficiar muitos e muitos cidadãos deste concelho e por outro lado vem aqui a discussão de que a fatura da água em Borba é cara! É cara até a média do distrito, isto não quer dizer que o distrito ela também não tenha que subir porque eu tenho a opinião que estes custos são incomportáveis nalguns dos seus aspetos, tal como considero que é inadmissível aquilo que o atual governo do Partido Socialista fez relativamente ao acesso a fundos comunitários, isto é o Município de Borba, neste momento porque as suas tarifas não cobrem os custos de 90%, não tem direito a candidatar obras de águas e saneamento aos fundos comunitários, mas o Município de Sousel ou o outro conjunto de Municípios do Partido Socialista do distrito de Portalegre, porque fizeram uma manobra de criar uma empresa intermunicipal, que só existe no papel, já se pode candidatar a fundos comunitários para fazer estas obras. O que se está a passar no distrito de Portalegre é: cria-se uma empresa intermunicipal e depois quem lança as obras é a Câmara Municipal de Ponte Sor e quem faz as obras é cada um dos municípios. É de facto de ter criado uma empresa virgem, que não tem passado histórico de não cobertura que então já se pode candidatar a fundos comunitários. Portanto quando se fala aqui do 25 de abril, na unidade e na verdade tenhamos a coragem de pôr os problemas no sítio e de reivindicarmos, que existem problemas estruturais por resolver neste país, que têm de ser resolvidos não há vontade e à submissão à Merkel ou a quem vier suceder na Alemanha, porque não sabemos bem, qual é a onda que vai cair na Alemanha que vai cair no futuro. Mas sejamos nós portugueses a tomar as nossas decisões e que não tenhamos físgas, mas possamos ter efetivamente bazucas para resolver problemas estruturais como estes da água, do saneamento e dos resíduos. Mas também é verdade, com isto termino, que os últimos grandes investimentos feitos nas infraestruturas em Borba foram feitos há vinte anos, na Câmara da CDU, e é verdade que ao longo destes anos a situação se foi degradando, e algumas são mais visíveis, porque as estradas caíram, outras são menos visíveis porque a água se perde de forma subterrânea, mas a verdade é como aqui foi dito esses dados são oficiais e se quiserem eu mostro aqui, as perdas de água em Borba são de 60%, e têm um custo superior a trezentos mil euros por ano, e portanto saibamos tomar as verdadeiras decisões porque diz-nos o Presidente,



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

aqui hoje que é preciso estudar, um grande investimento numa rua por cinquenta mil euros, e se não conseguirmos fazer por cinquenta mil euros teremos que ir fazendo ao bocadinhos, isto é, bastava em cada ano, nós conseguimos recuperar 20% de perda de água, para que o custo marginal do investimento fosse zero.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal usou para da palavra para dizer que gostou da explicação do membro Jorge Pinto.

Acrescenta que em relação aos ciganos é o seguinte: “tivemos um Programa Escolha que tentou permitir que as gerações mais novas se comesçassem a integrar. Entretanto concorremos novamente ao Programa Escolhas, que não foi aprovado. Neste momento estamos a avançar com um mediador que irá fazer todo o trabalho nos queremos de medicação. Temos um conselho Local de Segurança, em que a culpa neste momento não é nossa, sendo sim do Ministério da Administração Interna, que ficou com os estudos todos, os elementos que enviamos, e estou à espera que iniciem.

Outra situação também tem a ver com o Posto da Guarda Nacional Republicana, que é uma realidade em termos de aprovação de projeto, todos os envolvidos já assinaram, falamos em novecentos e sessenta mil euros que poderá aumentar o número de efetivos, tanto a nível masculino como a nível feminino.

Em relação à questão colocada pelo membro Carlos Bacalhau, relativamente à criação de uma Comissão da Juventude, demonstrei que não havia nenhum inconveniente na criação da mesma.

Relativamente ao Plano Diretor Municipal, houve neste momento duas reuniões, com a presença do Executivo da Câmara, duas reuniões com os técnicos da Câmara, uma reunião com a equipa responsável pela elaboração do PDM e neste momento está a haver trabalho de campo, pelo menos já cá fizeram quatro o cinco visitas, pois com a pandemia tudo atrasou.

O que está dito é o seguinte: assim que nós tivermos o primeiro estudo de levantamento feito será apresentado na Câmara Municipal de Borba onde estará presente os Vereadores efetivos com também os suplentes, para ouvirem tudo o que há para fazer. Em relação aos contributos todos que foram feitos, é evidente que isso é um documento publico que está a ser analisado e que naturalmente será entregue se houver necessidade disso. O PDM é um instrumento fundamental! Eu disse a quem o está a fazer o seguinte: Borba não tem que crescer para cima ou para baixo por interesse. O membro Jorge Pinto, diz e diz muito bem: se olharmos para trás tudo o que foi a nível da habitação social e loteamentos para a habitação social para as pessoas se fixarem vem do tempo da CDU”.

O membro Paulo Ferreira usou da palavra e disse “(...), no que respeita às águas, no passado mandato propus que se fizesse uma Assembleia Extraordinária para se falar sobre este assunto. No entanto no passado dia 17 de fevereiro em reunião de Câmara, o Senhor Vereador Pedro Esteves veio falar que não entendia como é que a Câmara apenas aumentava o valor dos preços em vez de combater primeiro os níveis de ineficiência (...). O que eu posso dizer é que o Partido Socialista, em doze que esteve à frente da Câmara, também não o vi melhorar muito em termos de água (...). Nessa reunião de Câmara quem esteve presente



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

por parte do PSD, foi o Senhor Vereador Nuno Simões, o qual propôs e bem, foi arranjam todos um compromisso para o futuro para solucionar esta questão. Porque se não fomos todos, seja MUB, PS, PSD, CDU, assumirmos que temos um problema gravíssimo com a perda de água, um dos grandes combates do futuro, não chegaremos a lado nenhum, até porque o Portugal 20/30, vai ter verbas para isso (...). Já tendo sido eu apresentado como candidato a Presidente de Câmara, posso assumir que tentarei com todos aqueles que forem meus adversários políticos, avançar apar um acordo neste sentido, com ajuda de vocês todos. Isto é sério e mais, para limitamos a ser um ataque ou uma defesa em termos políticos. Ou resolveremos o problema da água em Borba no próximo mandato, ou passaremos a ter extremas dificuldades no futuro, que deixaremos para os nossos filhos e nossos netos.

No que respeita ao Senhor Ministro da Administração Interna, honestamente, eu não confio naquele senhor, nem um “bocadinho”. Senhor Presidente acelere bem esses processos e veja se isso é mesmo assim, porque não me oferece nenhuma confiança”.

A Presidente da Assembleia Municipal interveio e respondeu aos senhores membros: João Morgado e Paulo Ferreira: “(...), na minha opinião e segundo o Regimento desta Assembleia, a Mesa tem responsabilidade, quanto basta, porque as decisões tomadas por esta Assembleia, só valem quando são tomadas pela maioria dos seus membros (...). *De acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento desta Assembleia um dos direitos dos membros da Assembleia Municipal, “é Propor, por escrito, a constituição de Comissões ou grupos de trabalho”.*

O que eu sugiro ao Senhor membro João Morgado, é propor por escrito à Mesa da Assembleia Municipal a Constituição do Grupo de Trabalho. E ao Senhor membro Paulo Ferreira, diria o mesmo, propor à Mesa por escrito o pedido de uma Assembleia Extraordinária (...).”

O membro Carlos Bacalhau usou da palavra e referiu que não tinha entendido a resposta do Senhor Presidente, relativamente à questão da Comissão Municipal da Juventude. Deixou transparecer a sua estranheza de os jovens não terem querido formar a dita Comissão Municipal. Em sua opinião a Câmara é que deverá dar os passos, convoca as Associações e assim formar-se a Comissão.

Outro assunto que abordou, foi a visita do Presidente da Comissão de Coordenação do Alentejo a Borba. “(...) os projetos em execução são: A Reabilitação do Celeiro da Cultura; A Reabilitação do Adarve da Muralha. Os projetos finalizados são: O Cycling de Santiago Rio de Moinhos; A Valorização Polidesportivo de Rio de Moinhos e o Polo Industrial de Orada, aqui diz que já estão finalizados. O que eu pergunto se o Polidesportivo de Rio de Moinhos já está finalizado? Como se tem falado que vai ter de mudar o piso (...), a questão das águas da chuva que não foi acautelado (...), gostava que o senhor Presidente falasse um pouco sobre este projeto. Depois surgiram-me dúvidas também em relação aos projetos aprovados, que são três: Requalificação do Edifício para a Instalação do Museu do Brinquedo; Centro de Interpretação da Batalha da Restauração e a Requalificação do Espaço para a Instalação do Museu do Brinquedo.”



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e respondeu "(...), Obra do Adarve, praticamente concluído. Obra do Celeiro da Cultura está a andar mais ou menos. Temos na Comissão de Coordenação do Alentejo um projeto aprovado para o Palacete Alvarez, para um espaço expositivo, que pode ser Museu do Brinquedo ou não! O projeto do Centro de Interpretação da Batalha da Restauração, está aprovado, e aguarda para ser aberto o concurso em Diário da República. Depois temos o projeto do Centro Cultural de Borba, que está aprovado e será Museu de Borba e Enoteca. Relativamente a projetos aprovados, temos ainda a obra da Casa Social de Acolhimento Temporário, em que as obras foram reiniciadas na passada quinta-feira. No que respeita ao concurso por consulta prévia para a Reabilitação da Habitação Social do Chalé, aguardo pelo desenvolvimento da situação (...). No que respeita à obra do Cycling, está concluído. O Polidesportivo só fica finalizado e já disse ao senhor Presidente de Junta, quando tiver o pavilhão tapado e nas condições para aquilo que a gente quiser fazer. A casa de banho está feita e agora vamos fazer ao lado o balneário (...). Em síntese faltam os laterais, para o Pavilhão estar pronto. O projeto em que termos de candidatura de Valorização do Polidesportivo, já está concluído".

A membro Vanda Godinho interveio e disse "(...), Senhor Presidente, deixe dizer-me algo que não lhe é muito estranho, isto realmente não é o meu mundo! Falar sobre o Estatuto de Direito de Oposição, de acordo com a Lei n.º 24/98 de 26 de maio, que nos diz, que até ao fim de março do ano subsequente àquele a que se refira o relatório de avaliação do grau de observância, deverá ser enviado aos titulares do direito de oposição, a fim de que os mesmos se pronunciem. O Vereador do Partido Socialista em reunião de Câmara abordou este tema e pelo que sei o relatório não foi entregue e inclusivamente o Senhor Presidente nessa reunião, respondeu "que relativamente ao Relatório que se teria de manifestar seriam os titulares com assento na Assembleia Municipal". Gostaria, que alguém de direito me elucidasse sobre esta questão".

Outro tema abordado foi a Transferência de Competências para as Juntas de Freguesia que em 2022, terá de ser definitivamente assumida.

Perguntou se este tema já foi discutido, se já existem estudos efetuados sobre o assunto?

O Presidente da Câmara Municipal interveio e respondeu "(...), relativamente ao Estatuto da Oposição é muito claro e muito tranquilo. Os documentos vão ser entregues às diversas forças políticas e a oposição terá o direito em se manifestar.

Descentralização de Competências (...), só pode haver descentralização de competências se houver meios próprios para existir a descentralização. A Lei obriga a que em 2022 seja feita essa descentralização de competências, eu penso que é uma luta política que tem de ser feita. Tem de existir a coragem por parte dos políticos que têm assento no Parlamento, em dizer que uma coisa é a descentralização, outra coisa é a existência de meios para cumprir essa descentralização. A CIMAC encomendou a uma empresa de consultadoria, um trabalho sobre este tema da descentralização de competências. O documento já chegou, agora vamos analisá-lo. Na minha opinião estas decisões têm de ser do poder central, olhando bem para o

B



Handwritten signature and initials in the top right corner.

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

poder local e olhando bem para as comunidades intermunicipais. O que nós queremos é o que seja necessário para poder servir bem o Município e as Freguesias, porque cada um tem necessidades diferentes (...).

O membro João Morgado pediu a palavra e disse "(...), Senhor Presidente temo que este assunto vá tomar o caminho das águas e o caminho do assunto das pessoas de etnia cigana, só com um contra, que é, vai chegar ao dia "X", do ano 2022 e vamos ter de "apanhar isso de braçado". A minha pergunta é "que estudos é que a Câmara já fez?", porque efetivamente tem de partir do Senhor Presidente, do Executivo da Câmara. Temos de olhar para a descentralização de competências, de acordo com a necessidades de cada região de Portugal (...), o caminho o Senhor apontou-o, agora o que é que a Câmara nos pode dizer sobre o assunto, para me tranquilizar a mim como Presidente de Junta, como cidadão e a todos estes membros aqui presentes".

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e explicou a questão das descentralizações de competências "(...), nós temos uma experiência nomeadamente com a educação e esta permite, que nós pensemos nas outras. Na educação nós vamos ter sempre um problema, com os ditos assistentes operacionais e assistentes técnicos (administrativos), por causa do rácio, que é feito de acordo com a escola (...). A escola deve ter um quadro completo, e no mínimo com uma ou duas pessoas a mais, para que quando for necessário substituir alguém que por motivos de saúde falta ao serviço.

No que respeita à saúde, nomeadamente o Centro de Saúde de Borba, neste momento quem apoia a limpeza do Centro de Saúde de Borba à cerca de três ou quatro meses é a Câmara Municipal de Borba. No que respeita à vacinação, a Câmara Municipal, disponibilizou mais três ou quatro funcionários para ajudar nesta atividade, que se está a realizar no Pavilhão de Eventos de Borba".

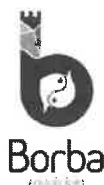
Informou que chegou um estudo através da CIMAC, sobre este assunto na quarta ou quinta-feira, e existe um funcionário da Câmara que está a tratar do assunto com a empresa que o fez, que é a Deloitte.

Realçou "(...), o princípio é sempre o mesmo, há coisas que são determinadas sempre de cima para baixo, mas principalmente, antes de serem determinadas de cima para baixo, deve-se ouvir de baixo, para poder decidir bem em cima".

O membro Carlos Bacalhau apresentou duas questões sobre o assunto das construções clandestinas:

- Bairro da EBORIMO – qual é o ponto de situação relativamente às construções clandestinas neste bairro.
- Casas das pessoas de etnia cigana junto ECOPISTA – qual é o ponto de situação relativamente ao "alargamento" das habitações aí existentes. Segundo informação recebida, quem fornece os materiais de construção é o Município de Borba.

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e respondeu "(...), construções EBORIMO, a situação está partitamente na mesma (...).



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

Construções nas habitações das pessoas de etnia cigana - ninguém deu materiais de construção para a construção de habitações clandestinas. Houve há cerca de um ou dois anos atrás, uma pessoa mais idosa residente neste “bairro”, que pediu uma saca de cimento e três ou quatro baldes de areia, na altura despachei para os serviços e em termos social, os serviços entenderam que era correto e foi disponibilizado o pedido. Mas esta foi uma situação pontual, quando ao resto a Câmara não dá nem sacas de cimento, nem tijolos nem areia. Existem construções a mais, mas não é com material da Câmara (...). Na altura em que estive em Borba a Secretária da Habitação Dr.^a Ana Pinho, disse-lhes que existem espaços próprios da Câmara, terrenos, que respeitam exatamente as distâncias para as crianças irem para a escola, no princípio a Câmara poderá dar os terrenos, a Câmara até poderá fazer as fundações de acordo com os projetos do Ministério das Infraestruturas, mas depois, o Ministério das Infraestruturas faz o contrato com cada uma dessas famílias relativamente à renda, água e luz (...). Não pode existir só direitos para uns e obrigações para os outros”.

O membro **Carlos Bacalhau** interveio e disse ao Senhor Presidente “(...), o Senhor disse e bem, aquilo era um alojamento temporário, era um alojamento para dez anos (2009/2019). Estamos em 2021 e continua-se a construir cada vez mais. Este assunto tem que se resolver! O que nós queremos é que se resolva o problema e que haja uma regra, que haja um plano, que se faça alguma coisa”.

O **Presidente da Câmara Municipal** pediu a palavra e disse “(...), na altura em que estive cá a Secretária de Estado da Habitação, disse-lhe exatamente o que se estava a passar e transmiti-lhe que o assunto tinha que ser resolvido, disponibilizando o espaço (...)”.

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da Ata n.º 1 da Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2021;

A Presidente da Assembleia Municipal colocou a ata à votação, tendo sido a mesma **aprovada por maioria, com quinze votos a favor** (sete eleitos do MUB, cinco eleitos do PS, dois eleitos do PSD e um eleito do CDU).

De acordo, com o n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros: Luis Alexandre; Pedro Bilro; Virgolino Canhoto; Hugo Mendanha.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

3



15

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse "(...) relativamente à situação financeira da Câmara, temos as coisas equilibradas.

No que respeita às atividades por mim desenvolvidas, as mesmas encontram-se todas espelhadas nos documentos distribuídos, no entanto quero salientar aqui algumas situações:

Na última Assembleia, a membro Vanda Godinho, perguntou se não se podia fazer nada pelo setor das pedras. Informo, que há cerca de um mês houve uma reunião na qual não estive presente, mas tenho um relatório completo sobre a mesma. Posteriormente, tive uma reunião por vídeo conferência, com as pessoas responsáveis pela Assimagra, com os nossos técnicos, onde se falou de todo um plano de exploração e ocupação aqui em Borba, que existe e que neste momento está suspenso (Plano da UNOR2). A situação mais importante que está aqui tem que ver com a queda da estrada (...). No dia 18 de novembro de 2020, tivemos uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Energia, Dr. João Galamba (...). A ideia é (...), tudo aberto, fazer uma lavra completa, ou seja, não existir divisão de pedreiras, mas sim uma só zona de exploração. Foi proposto que seja feita uma ponte ou viaduto, sugestão que o Senhor Secretário de Estado, achou interessante, mas até agora ainda não obtivemos resposta ao sugerido.

O setor da pedra foi um dos setores mais importantes para o nosso desenvolvimento. Felizmente foi compensado com o aumento do vinho. Mas uma coisa é termos uma componente industrial e outra é termos uma componente agroindustrial. As reservas de mármore que nós temos a nível de qualidade e valor, vão permitir um desenvolvimento grande a nível de Estremoz, Borba e Vila Viçosa. A proposta foi interessante e faz parte do Plano de Recuperação e Resiliência (...).

Outra situação que quero referir foi a reunião que tive com o SINTAP-Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e com o STAL-Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local por vídeo conferência, sobre os subsídios de penosidade, insalubridade e risco. Foram determinados três riscos para a atribuição deste subsídio. risco elevado, risco médio e baixo risco. Não houve um consenso nos catorze Municípios, no grau de atribuição deste subsídio. Eu entendi, que em Borba deve existir o grau máximo e o grau médio e não só o grau máximo. Se houver necessidade de se corrigir, cá estamos para o fazer. Este subsídio, não deve funcionar para aumentar o salário mínimo".

O Vereador Quintino Cordeiro usou da palavra para referir em relação às suas atividades, está tudo espelhado nos documentos distribuídos, se houver alguma dúvida, está aqui para esclarecer.

Seguidamente deu uma explicação ao senhor membro Francisco Rijo, relativamente à questão da Feira do Queijo. "(...), de facto houve aqui um lapso de não convidarmos o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, porque a ideia inicial era só fazer depoimentos com os queijeiros, só que na altura o Senhor Presidente introduziu aquele há parte dos discursos (...). Ideia não foi deixá-lo para trás."

Informou, ainda, sobre o protocolo assinado com a empresa Dignitude. É um programa, que engloba cerca de cem pessoas do concelho com dificuldade económicas. Este programa, serve para que os beneficiários, possam usufruir da ajuda para a aquisição de medicamentos mediante receita médica.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

À parte disto tudo, deixou aqui também o seu contributo sobre questões problemáticas de fundo do concelho. "(...), existem três pontos fundamentais, que têm de ser debatidos por quem futuramente cá estiver. O primeiro ponto é a questão da água em baixa; segundo ponto, habitação social, a estratégia local de habitação, está na fase de adjudicação. É um documento estruturante, para o chamado primeiro direito à habitação social (...). O terceiro ponto é a eficiência energética, que é um passo muito importante para as piscinas cobertas e para as escolas".

O membro Carlos Bacalhau alertou para a publicação que saiu no cartaz do 25 de abril no Facebook, relativamente ao nome como foi denominado o grupo ENZO que atuará no dia 25 abril. O grupo chama-se ENZO e não a Susana e os amigos, como está escrito nas redes sociais.

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e explicou que houve um pequeno mal-entendido relativamente ao nome do grupo. De seguida terminou a sua intervenção referindo "(...), nós todos devíamos ter na testa três ou quatro coisas; o quanto trabalha, a honestidade que tem e a inteligência que tem! Provavelmente haveria muita gente que usava um chapéu para tapar a testa (...)".

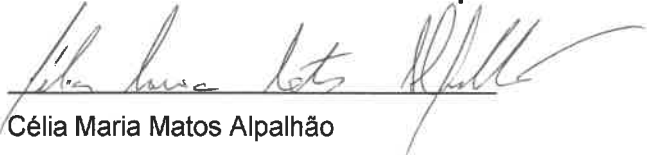
O membro João Morgado interveio e pediu ao Senhor Presidente que o elucidasse, relativamente ao acordo ou protocolo/parceria que existe entre a CIMAC e o Município, no que respeita à vinda de material para os Sapadores, para a limpeza das valetas.

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse "(...), veio algum equipamento para este fim (...), destaco o braço limpa valetas, (...), este equipamento vai ser agrupado a um trator para funcionar. É necessário que três pessoas tenham formação para utilização deste equipamento. Nós para efetuarmos este trabalho temos recorrido ao serviço de pessoas de Borba. Este equipamento é um complemento para a execução da limpeza das valetas.

Este equipamento faz parte de um projeto da CIMAC (...), mas o uso é nosso".

Por não haver mais assuntos a tratar **a Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas doze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e quatro de abril, da qual se lavrou a presente ata composta por vinte páginas, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

A Presidente da Assembleia Municipal



Célia Maria Matos Alpalhão



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2021)

O Primeiro Secretário

Paulo Vicente Ramos Mendanha

O Segundo Secretário

Rui Miguel Tavares Nobre Franco